

ANÁLISES HISTÓRICAS E UM ESTADO DA ARTE SOBRE O PANORAMA DA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES LGBTQIAPN+

HISTORICAL ANALYSES AND A STATE OF THE ART ON THE MENTAL HEALTH OF LGBTQIAPN+ CHILDREN AND ADOLESCENTS

Allie Lima Cruz¹
Amanda Cristina Ribeiro da Costa²

Resumo: este artigo analisa o panorama da saúde mental de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ no Brasil, partindo do contexto de intensificação de ataques a direitos fundamentais entre 2018 e 2022. Através de uma revisão bibliográfica na modalidade "Estado da Arte" e de uma análise fundamentada em referenciais críticos, o trabalho investiga como a hétero-cis-normatividade impacta essa população em termos de convívio familiar, relações na escola e sistema de saúde. A análise histórica percorre a construção de normas reguladoras por instituições como Família, Igreja e Estado, que culminaram na patologização de identidades não normativas, tratando-as como desvios ou doenças. O estudo confronta a doutrina da proteção integral, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a realidade de violência e exclusão. A revisão da literatura científica revela que a discriminação no ambiente familiar, escolar e nos serviços de saúde é um fator recorrente para o desenvolvimento de depressão, ansiedade e ideação suicida. O artigo conclui que a superação desse cenário exige o fortalecimento de políticas públicas inclusivas e a construção de uma cultura de respeito e acolhimento, garantindo o desenvolvimento saudável e digno para esta população.

Palavras-chave: Saúde Mental; Hétero-cis-normatividade; Infância; Adolescência; LGBTQIAPN+.

Abstract: this article analyzes the mental health landscape of LGBTQIAPN+ children and adolescents in Brazil, starting from the context of intensified attacks on fundamental rights between 2018 and 2022. Through a state-of-the-art literature review and an analysis grounded in historical-dialectical materialism, the paper investigates how hetero-cis-normativity negatively impacts this population. The historical analysis traces the construction of regulatory norms by institutions such as the Family, Church, and State, which culminated in the pathologization of non-normative identities, treating them as deviations or diseases. The study confronts the doctrine of integral protection, guaranteed by the Child and Adolescent Statute (ECA), with the reality of violence and exclusion. The review of scientific literature reveals that discrimination in family, school, and healthcare settings is a recurring factor in the development of depression, anxiety, and suicidal ideation. The article concludes that overcoming this scenario requires the strengthening of inclusive public policies and the construction of a culture of respect and acceptance, ensuring healthy and dignified development for this population.

Keywords: Mental Health; Hetero-cis-normativity; Childhood; Adolescence; LGBTQIAPN+.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a saúde mental de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ emerge em um cenário de profundas contradições. Por um lado, o Brasil possui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), fundamentado na doutrina da Proteção Integral. Por outro, o país vivencia um recrudescimento de forças conservadoras que atacam sistematicamente os direitos das populações historicamente marginalizadas.

¹ Bacharela pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Serviço Social e Saúde Mental (Anhanguera) e em Assistência Social e Saúde Pública (Anhanguera).

² Assistente Social, docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, coordenadora do Programa Infância e Adolescência (PIA/UFPa).

A "Questão Social" brasileira é marcada pela interseção entre classe, raça e gênero, determinações que não se apresentam como fenômenos isolados, mas como dimensões articuladas da dominação. Como demonstra Gonzales (1984), o racismo e o sexismo produzem efeitos violentos sobre populações marginalizadas, funcionando como fatores de conservação da ordem capitalista (Saffioti, 1976). Essa articulação estrutural entre capitalismo, patriarcado e racismo não é periférica ao debate sobre saúde mental, ela é o seu fundamento.

O avanço da extrema direita entre 2018 e 2022 aprofundou as vulnerabilidades de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+. Este avanço neoliberal opera através do que Santos (2019) denomina "reação conservadora", articulando agenda econômica ultraliberal com um núcleo ideológico que mobiliza moralismo e preconceito como instrumentos de legitimação política. O desmonte dos serviços públicos de saúde mental e a legitimação institucional dos discursos de ódio não são processos paralelos, mas, duas frentes de um mesmo projeto que fragmenta a classe trabalhadora e viabiliza a regressão de direitos (Sampaio; Oliveira, 2025).

Esse processo assume contornos particularmente graves quando seu alvo são crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, sobretudo negros(as) e periféricos(as), que vivenciam sobreposição de determinações estruturais. O período 2018-2022 configurou o que Mbembe (2016) conceitua como regime de "Necropolítica": uma gestão que define quais vidas importam e quais são descartáveis.

Diante disso, esta pesquisa enfrenta o seguinte problema: como a hétero-cis-normatividade estrutural, agudizada pela conjuntura política conservadora recente, impacta a efetivação do direito à saúde mental de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ no Brasil? A justificativa para este estudo reside na urgência em produzir conhecimento crítico que sirva de subsídio para a atuação de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente do Serviço Social. A profissão, em seu projeto ético-político, defende a "defesa intransigente dos direitos humanos" (Souto Maior *et al.*, 2018), o que exige uma formação e uma prática profissional explicitamente antirracistas e anti-LGBTfóbicas (Santos, 2024). O objetivo geral é analisar, a partir de uma revisão de literatura, os impactos da discriminação estrutural na saúde mental desta população. Especificamente, busca-se: (1) revisitar a construção histórica da patologização dessas identidades; (2) avaliar como a conjuntura neoliberal recente (2018-2022) utilizou o pânico moral como estratégia de desmonte de direitos; (3) sintetizar, através do "Estado da Arte", as principais conclusões da produção científica recente sobre os impactos dessa violência na saúde mental; e (4) apontar os desafios para a efetivação da proteção à saúde mental dessas juventudes.

2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica na modalidade “Estado da Arte”, com abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Esse método possibilita analisar os fenômenos sociais em sua totalidade, historicidade e contradição, buscando superar a aparência imediata para alcançar a essência das determinações sociais (Netto, 2009). A saúde mental é compreendida, portanto, não como fenômeno individual ou biológico, mas como reflexo das relações sociais de produção e dominação. Nessa perspectiva, a questão social é apreendida como expressão das relações de produção e reprodução social no capitalismo (Behring; Boschetti, 2016), sendo a violência contra a população LGBTQIAPN+ uma de suas manifestações.

Realizou-se um levantamento sistemático da produção científica brasileira entre 2019 e 2024, nos seguintes portais: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram utilizados os descritores “Infância”, “Adolescente”, “LGBT” e “TRANSGÊNERO”, resultando na seleção de 17 trabalhos (artigos científicos, teses e dissertações) com publicações entre 2019 e 2024, escolhidos por sua relevância e pertinência direta ao tema. A análise buscou, além de mapear os achados, sintetizar as conclusões centrais da literatura, identificando os nexos causais entre a violência estrutural, a hétero-cis-normatividade e os impactos concretos na saúde mental desta população, confrontando-os com o arcabouço de proteção previsto no ECA e situando-os no contexto político de desmonte de direitos.

3 NORMA, INFÂNCIA E A PATOLOGIZAÇÃO DA SEXUALIDADE: FAMÍLIA, IGREJA E ESTADO COMO INSTITUIÇÕES REGULADORAS

A compreensão da infância como construção social complexa exige uma análise histórica das instituições que a moldaram, especialmente da Família, Igreja e Estado. Estas atuavam como agentes de disciplinamento, impondo normas que, com a consolidação da propriedade privada, visavam manter a estabilidade econômica e a ordem patriarcal. Engels (1884) aponta que a monogamia surgiu como “a subjugação de um sexo pelo outro”, transformando a família em um mecanismo para a transmissão de herança e submetendo a infância aos interesses da acumulação.

A patologização histórica das identidades não normativas não pode, portanto, ser compreendida como um equívoco científico isolado, mas como um processo funcional à ordem capitalista-patriarcal. Como demonstra Aprile (2025, p. 30), o gênero “é uma construção social historicamente situada, moldada pelas necessidades específicas de cada modo de produção”, o que significa que a classificação de identidades dissidentes como “desvios” ou “anomalias” respondia a uma lógica de controle dos corpos e da força de trabalho, e não apenas a um imperativo moral ou religioso. Nessa mesma direção, Marinho

(2018, p. 607), fundamentada em Saffioti, esclarece que "o machismo, o sexismo e o sistema patriarcal funcionam como mola propulsora dos binarismos de gênero e da heteronormatividade, base das violências lgbtfóbicas e transfóbicas", revelando que as instituições reguladoras não apenas refletiram preconceitos culturais de sua época, mas produziram e reproduziram ativamente as condições materiais e simbólicas que tornam a existência dissidente um problema a ser corrigido.

Tais estratégias tinham foco especialmente sobre a criança, não de forma gratuita, mas com o intuito de contenção e moldação normativa desde a tenra idade. Aprile (2025, p. 29) aponta que o determinismo biológico do sexo é frequentemente utilizado para justificar essa patologização, mas que "a biologia humana é muito mais dinâmica e diversa do que a abordagem tradicional tem sugerido", o que revela que o binarismo de gênero imposto às crianças desde o nascimento não serve à saúde, serve à norma. Marinho (2018, p. 604) complementa esse argumento ao demonstrar que a matriz de inteligibilidade de gênero opera pela "anatomia de nascimento como disparador para a constituição de uma determinada identidade de gênero" e pela "heterossexualidade como unidade entre o gênero e a sexualidade", localizando o que será considerado uma mulher ou um homem "de verdade" segundo o discurso essencializador que sustenta essa matriz, discurso que, historicamente, determinou quais corpos seriam patologizados, institucionalizados e violentados.

Com o crescente poder da Igreja na Idade Média e sua influência sobre a visão de mundo da sociedade, indivíduos que não aceitavam às normas de gênero e sexualidade passaram a ser considerados "doentes", rejeitados e segregados. Essa segregação estava profundamente ligada às crenças religiosas da época, que associavam manifestações de sofrimento mental a possessões demoníacas, moralizações e outras formas de intolerância. Como resultado, aqueles que apresentavam sinais de sofrimento psicológico eram frequentemente enviados a asilos que, longe de funcionarem como espaços de tratamento, operavam como campos de reclusão social. Sob o peso de rótulos moralizantes e religiosos, a sociedade demonstrava pouco interesse em compreender a verdadeira natureza do sofrimento mental, propiciando condições para que ele fosse posteriormente capturado pela medicina psiquiátrica nascente.

A partir do século XVIII, esse controle se sofisticou. De acordo com Stakonski e Silva (2022), com base em Foucault (2001; 2018), a figura da "criança masturbadora" emergiu como tema central nos saberes pedagógicos e médicos. Qualquer desvio da heterossexualidade e da monogamia era visto como "contra-a-natureza". Foucault (1988) destaca que os intersexuais eram considerados criminosos, pois sua própria anatomia "embaraçava a lei que distinguia os sexos" (Foucault, 1988, p. 39). Estabeleceu-se, assim, uma norma para o desenvolvimento sexual que abrangia desde a infância até a velhice, com todos os desvios possíveis minuciosamente categorizados e combatidos por meio de

controles pedagógicos e tratamentos médicos. Compreender essa dimensão estrutural é fundamental para não naturalizar o sofrimento mental de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ como consequência inevitável de sua identidade, mas reconhecê-lo como produto histórico de relações de dominação que atravessam as instituições até o presente.

É fundamental compreender que essa regulação dos corpos não é um fenômeno recente como aponta Lugones (2008), mas mergulha as suas raízes naquilo que a teoria decolonial identifica como colonialidade de gênero. Como bem ressalta a literatura contemporânea do Serviço Social, onde binarismo e a hétero-cis-normatividade foram ferramentas centrais do projeto colonial brasileiro para desumanizar quem não se ajustava aos padrões eurocêntricos. Um exemplo desta configuração de exclusão é o caso de Xica Manicongo que, já em 1591, foi alvo da Inquisição por recusar a masculinidade compulsória e reivindicar uma identidade feminina, como afirma Nascimento (2018). Este resgate histórico, revela que a violência vivenciada hoje por crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ não é do acaso, mas, a atualização de um projeto de extermínio e correção secular.

4 DA PATOLOGIZAÇÃO HISTÓRICA AO MOVIMENTO PELA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO E DIREITOS NA SAÚDE MENTAL

Com o avanço da psiquiatria nos séculos XIX e XX, o sofrimento mental foi definitivamente enquadrado como patologia. A institucionalização em hospícios tornou-se a prática padrão. Esses espaços, contudo, não serviam apenas para pessoas com diagnósticos psiquiátricos, mas também para qualquer indivíduo considerado "inconveniente" para a ordem social, incluindo homossexuais, prostitutas, militantes políticos e outros marginalizados, conforme documentado por Arbex (2013) na obra *Holocausto Brasileiro*.

De modo específico, mais acentuadamente a partir do século XIX, o corpo e a sexualidade passaram a ser objeto privilegiado das políticas de controle e de moralização da vida social. Esse processo foi alimentado por doutrinas higienistas e eugenistas, que pregavam o "aperfeiçoamento" da população por meio do controle reprodutivo e da eliminação de características "indesejáveis". A homossexualidade e outras identidades de gênero e sexualidade não normativas foram sistematicamente patologizadas e incluídas na Classificação Internacional de Doenças (CID), sendo tratadas como "perversões" ou "anomalias" a serem corrigidas.

A resistência a esse modelo desumano não pode ser compreendida apenas como avanço técnico-científico da psiquiatria, ela expressa, fundamentalmente, uma disputa política sobre quais corpos e identidades têm direito à existência legítima na ordem social. Como argumenta Marinho (2018, p. 609), "a condição de subalternidade de pessoas trans é ainda muito naturalizada na sociedade, vista como algo autonomizado dos processos de dominação e exploração e enquadrada apenas como algo da esfera da cultura", o que "desistoriciza os processos de discriminação que sofrem e obstaculiza uma projeção de luta

política efetivamente emancipatória". Nesse sentido, conquistas como a retirada do "homossexualismo" da CID em 1990 e a promulgação da Lei nº 10.216/2001 representam avanços importantes, mas insuficientes enquanto não forem acompanhadas da transformação das estruturas materiais que produzem a exclusão. Aprile (2025, p. 36) radicaliza esse argumento ao afirmar que "não é por meio de leis punitivas, campanhas publicitárias ou inclusão institucional que a comunidade trans encontrará libertação", pois "essas medidas não passam de concessões que o sistema faz para manter sua legitimidade e evitar rupturas", o que impõe aos profissionais de saúde mental e ao Serviço Social o desafio de uma prática que vá além do acolhimento individual e se articule com a luta coletiva pela transformação das condições estruturais que produzem o sofrimento.

A resistência a esse modelo desumano culminou no movimento da Reforma Psiquiátrica, que defendia a desinstitucionalização e a criação de uma rede de atenção psicossocial humanizada, baseada no território e no respeito à cidadania. Essa luta foi fundamental para a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e para a promulgação da Lei nº 10.216/2001. Um marco simbólico dessa mudança foi a retirada do "homossexualismo" da CID pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990, resultado de intensa mobilização social. Hoje, embora o paradigma tenha mudado, a luta continua, como demonstra a publicação de referências técnicas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2023 para a atuação junto à população LGBTQIAPN+, buscando romper com o histórico de patologização.

5 A OFENSIVA CONSERVADORA DE 2018 A 2022

A lógica da patologização, embora formalmente superada nos manuais diagnósticos, teve amplo alcance na conjuntura política brasileira de 2018-2022. A ofensiva conservadora desse período, contudo, não pode ser compreendida como um fenômeno puramente ideológico ou cultural. Ela expressa, como argumenta Marinho (2018, p. 606) a partir de Saffioti, que "patriarcado e capitalismo são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida", o que significa dizer que o pânico moral antigênero mobilizado nesse período não foi um desvio da agenda neoliberal, mas parte constitutiva dela. Aprile (2025, p. 35-36) aprofunda esse argumento ao demonstrar que "a marginalização das pessoas trans é funcional ao capital", na medida em que mantém a divisão sexual do trabalho e reforça ideologias de normalidade que sustentam a ordem burguesa. Nesse sentido, o desmonte das políticas de saúde mental para a população LGBTQIAPN+ e a intensificação dos discursos de ódio que patologizam e violentam identidades dissidentes não são processos paralelos ou coincidentes, são duas frentes de um mesmo projeto político-econômico que, ao fragmentar a classe trabalhadora por meio de guerras culturais, viabiliza a regressão de direitos socialmente conquistados sem enfrentar resistência organizada (Sampaio; Oliveira, 2025).

Segundo Lionço (2018):

No contexto nacional, o ataque ao gênero nas escolas tem forte relação com as pautas propostas pelo Movimento Escola Sem Partido. A mobilização conjunta das forças religiosas antigênero e dos grupos envolvidos com o Escola Sem Partido, está na origem do Projeto de Lei n. 867/2015 denominado "Escola Sem Partido", apresentado pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB/DF) à Câmara Federal em 23 de março de 2015. Esta proposição legislativa foi, de imediato, apensada a projeto anteriormente apresentado, o PL 7180/2014, que propunha que as convicções familiares teriam precedência em relação à educação escolar no que se refere à educação moral, sexual e religiosa, propondo inclusive a inclusão de tal prerrogativa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lionço, 2018, p. 10).

Neste contexto, a ascensão de Bolsonaro ao poder em 2018, após o golpe de 2016 contra Dilma Rousseff, representou o aprofundamento do projeto neoliberal que fragilizou a esquerda e fortaleceu grupos radicais antes marginais. Esse fenômeno global constitui uma resposta das elites econômicas às conquistas sociais de populações historicamente excluídas por raça, etnia, sexo, gênero ou classe (Sampaio; Oliveira, 2025). Marinho (2018, p. 607) pontua ainda um elemento fundamental para compreender a especificidade da violência contra crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ nesse período ao demonstrar que, na ideologia patriarcal, o corpo trans "por escapar dos padrões de gênero que incidem também sobre a sexualidade e por afrontar o patriarcado sofre a transfobia", sendo tratado como um corpo abjeto cuja existência ameaça a ordem simbólica da dominação masculina. Aprile (2025, p. 35) conecta essa análise ao contexto neoliberal contemporâneo ao afirmar que "corpos dissidentes são tratados como erro de sistema, e a violência contra eles é uma tentativa de restaurar a ordem simbólica do capital", o que explica por que a agenda antigênero mobilizada pelo projeto conservador brasileiro teve nas crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ seus alvos mais vulneráveis e estrategicamente escolhidos.

Assim, este período foi a expressão da restauração do poder de classe neoliberal (Harvey, 2005). Como demonstram Sampaio e Oliveira (2025), o neoliberalismo não opera apenas pela via econômica, visto que para desmontar os direitos socialmente conquistados sem enfrentar resistência organizada, o mesmo necessita fragmentar a classe trabalhadora por meio de guerras culturais e pânico morais que desviam a atenção dos determinantes estruturais das desigualdades. Esse cenário de retrocessos exige uma compreensão mais precisa de como opera a "reação conservadora". Santos (2019, p. 489) evidencia que o ajuste fiscal e a precarização do funcionalismo público não constituem meras políticas econômicas neutras: elas retraem deliberadamente os serviços públicos de saúde mental justamente quando a intensificação dos discursos de ódio amplia a demanda por esses serviços. Criando-se, assim, um ciclo perverso no qual o Estado se ausenta exatamente onde sua presença protetiva seria urgente. Para a população infantojuvenil LGBTQIAPN+, isso significa que a violência social encontra institucionalidade na própria omissão estatal, configurando como regime de necropolítica.

Nesse sentido, a mobilização antigênero pelo projeto conservador brasileiro não foi acidental, foi uma estratégia funcional para legitimar uma agenda de cortes e regressos. Dessa forma a direita ideológica de Bolsonaro configurou-se como regime de necropolítica sobre corpos dissidentes (Mbembe, 2016), onde o mesmo exerceu soberania ao determinar quem pode viver e quem deve morrer, polarizando a sociedade e colocando ideologias particulares acima do bem coletivo. Nessa realidade, ao definir a existência de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+ como uma "ameaça moral", esse projeto de Estado neoliberal impôs simbolicamente essa população à morte, materializando-se concretamente em cortes orçamentários nas políticas de direitos humanos, na deslegitimação de protocolos de saúde e na omissão frente à violência social dessa Infância.

Para isso, o discurso de ódio foi peça central desse projeto, operando como instrumento de ataque às sexualidades e identidades de gênero dissidentes através de ideias reacionárias de cunho religioso fundamentalista. Essa violência simbólica, embora não seja precisamente física, materializa-se como tal ao provocar dores irreparáveis, ao atingir a subjetividade e concorrer para que a violência física efetivamente aconteça, retirando do ser humano sua dignidade e sua condição de humanidade (Sampaio; Oliveira, 2025), criando um ambiente de terror psicológico que impacta diretamente a saúde mental e emocional de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+. Em contradição direta com essa ofensiva, apresenta-se a legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 e o ECA de 1990 estabelecem a doutrina da proteção integral, assegurando a crianças e adolescentes todos os direitos fundamentais. Contudo, importa reconhecer que a existência formal dessa legislação não garante, por si só, sua efetivação: a concretização dos direitos previstos no ECA depende de políticas públicas estruturadas, de investimento estatal e de uma cultura institucional comprometida com a proteção integral, exatamente os elementos que a conjuntura de 2018-2022 sistematicamente desmontou.

6 O ESTADO DA ARTE NA INFÂNCIA LGBTQIAPN+

Diante do panorama histórico e conjuntural traçado nas seções anteriores, cabe agora perguntar: o que a produção científica brasileira recente revela sobre os impactos concretos dessa violência estrutural na vida e na saúde mental de crianças e adolescentes LGBTQIAPN+? Para responder a essa questão, o levantamento bibliográfico na modalidade "Estado da Arte" mapeou, entre 2019 e 2024, as principais contribuições acadêmicas sobre o tema. No processo de categorização, dos 2.783 resultados totais (BDTD, BVS, CAPES, SciELO), 241 foram analisados para leitura, e a partir dela 17 textos foram selecionados por atenderem aos critérios definidos. A maioria dos estudos utilizou metodologias qualitativas e revisões de literatura para analisar a realidade desse público.

TABELA 1 - Produções Científicas sobre a Saúde de Crianças e Adolescentes LGBTQIAPN+

Obra	Metodologia	Resultados Principais
ABREU, P. D. de <i>et al.</i> (2022). Atenção integral à saúde dos adolescentes transgêneros: subsídios para a prática da Enfermagem.	Pesquisa Qualitativa	Barreiras no acesso à saúde, como a falta de referência e contrarreferência e dificuldades de acolhimento, levam à busca por alternativas de alto custo no setor privado.
ALMEIDA, E. L. de <i>et al.</i> (2023). Política para adolescentes LGBT no socioeducativo mineiro? Notas sobre um cenário de embates.	Pesquisa Qualitativa com Análise Documental e Entrevistas Semiestruturadas	Adolescentes em conflito com a lei enfrentam desafios significativos de saúde mental (ansiedade, depressão, estresse pós-traumático), sendo a atenção a essa área crucial para a reintegração social.
BUGATTI, A. L. <i>et al.</i> (2023). Importância da psicoterapia para crianças e adolescentes transgênero: uma análise literária.	Revisão Exploratória Integrativa de Literatura	A condição de transgênero é um fator que compromete a saúde mental devido a agravantes sociais como o preconceito e a intolerância.
CÁ, A. B. (2023). Adolescentes e jovens com diversidade de gênero e violência sexual: uma revisão sistemática.	Revisão Sistemática	As consequências da violência incluem medo, depressão, ansiedade, vergonha, culpa, raiva, automutilação e tentativa de suicídio após os 14 anos.
CERQUEIRA-SANTOS, E. <i>et al.</i> (2021). Indicadores de distress entre jovens LGBT+ durante o isolamento social pela COVID-19 no Brasil.	Pesquisa Qualitativa	A correlação negativa entre a abertura sobre a própria identidade (outness) e a aceitação familiar reforça a hipótese de que a família pode ser um fator de risco para a saúde mental de jovens LGBT+.
FAVERO, S. <i>et al.</i> (2022). Corpo da criança, corpo do adulto: um olhar sobre as revisões diagnósticas que compõem fronteiras entre pessoas trans.	Pesquisa Qualitativa	A transexualidade foi historicamente enquadrada na literatura médica como uma condição que exigia tratamento de saúde mental, criando fronteiras artificiais entre a infância e a vida adulta.
LEITE, B. O. O. <i>et al.</i> (2024). Prevenção do HIV e discriminação de gênero entre adolescentes travestis e mulheres trans...	Pesquisa Transversal e Descritiva	Adolescentes travestis e mulheres trans enfrentam alta vulnerabilidade psicossocial, com discriminação familiar, escolar e nos serviços de saúde, contribuindo para o aumento de sintomas depressivos e ideação suicida.
LINS, A. P. de C. e. (2023). A identidade de gênero da criança e do adolescente trans e a efetivação do dever parental de cuidado.	Pesquisa Qualitativa, Exploratória e Descritiva	A rejeição desde a infância gera insegurança e repercute negativamente na vida escolar e social, causando isolamento, abalo no bem-estar e impactos na qualificação profissional e estabilidade emocional.
MAGNUS, D. V. <i>et al.</i> (2023). Ouvindo a criança transgênero: um olhar sobre a produção científica brasileira e as questões éticas.	Pesquisa Qualitativa	O núcleo familiar foi identificado como o principal suporte social, impactando positivamente a qualidade de vida. Em contrapartida, o preconceito e a discriminação foram os principais atributos negativos.
MOTA, V. de O. (2024). Adolescentes trans da rede pública de ensino do Distrito Federal: narrativas de diversidade, acolhimento e exclusão.	Pesquisa Qualitativa	A autoagressividade foi narrada como uma estratégia de adaptação para sobreviver em contextos que violam direitos, tanto na escola quanto na comunidade.
NASCIMENTO, F. K. <i>et al.</i> (2020). Crianças e adolescentes transgêneros brasileiros: atributos associados à qualidade de vida.	Pesquisa Qualitativa	A família é o primeiro meio de socialização e seu apoio é fundamental para o processo saudável de autodesignação de gênero.
PEREIRA, L. B. de C. & CHAZAN, A. C. S. (2019). O acesso das pessoas transexuais e travestis à Atenção Primária à Saúde...	Revisão Integrativa	As adversidades, como discriminação e estigmatização, começam na infância. Intervenções precoces com o indivíduo e a família podem promover resiliência.
PONTES, J. C. de <i>et al.</i> (2020). "Crianças" e "Adolescentes" trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde.	Pesquisa Qualitativa	As relações entre equipes de saúde e familiares são cruciais, especialmente nas decisões sobre intervenções hormonais.
PRETES, É. A. (2019). Intersexualidade e Direito ao Próprio Corpo...	Pesquisa Qualitativa	Os parâmetros médicos adotados no Brasil para o tratamento de menores intersexo ferem o direito ao próprio corpo e à autodeterminação, colocando em risco a integridade física e psicológica.
SANTANA, M. V. de M. & CERQUEIRA-SANTOS, E. (2020). Não conformidade de gênero e infância: revisando a produção científica.	Revisão Sistemática da Literatura	A família é, de maneira geral, o primeiro espaço onde ocorre algum tipo de violência homofóbica contra pessoas LGBTs.

SILVA, J. C. P. <i>et al.</i> (2021). Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência.	Pesquisa Qualitativa	O sofrimento psíquico decorrente do preconceito evidencia a necessidade de espaços de acolhimento e cuidado como suporte fundamental para o desenvolvimento.
URBANO, A. Z. R. <i>et al.</i> (2024). Percepções e práticas de profissionais de saúde na oferta da profilaxia pré-exposição sexual ao HIV...	Pesquisa Qualitativa	A falta de acolhimento por parte de profissionais de saúde, mediada por estigma e discriminação, afasta adolescentes e jovens dos serviços.

Fonte: Autores (2026)

A análise dos estudos abordada entre os anos de 2019 e 2024, revela que a hétero-cis-normatividade atua, de fato, como um fator repressor sobre a vivência da infância LGBTQIAPN+, com impactos diretos e negativos na saúde mental. Os resultados demonstram que a discriminação nos diversos setores sociais como o ambiente familiar, escolar e nos serviços de saúde é um fator recorrente que leva ao aumento de sintomas depressivos, ansiedade, automutilação e ideação suicida.

A família emerge como um espaço contraditório de tensão que não é acidental, mas reflexo da própria construção histórica discutida nas seções anteriores. Se, de um lado, a instituição familiar foi historicamente mobilizada para reproduzir a hétero-cis-normatividade e disciplinar corpos dissidentes, de outro, a mesma instituição pode, quando transformada pela aceitação e pelo cuidado, tornar-se o principal fator protetivo para a saúde mental de jovens LGBTQIAPN+. Essa contradição é estrutural: a família pode ser o principal núcleo de apoio e validação, fundamental para a construção identitária saudável, mas também é frequentemente o primeiro local de violência e rejeição.

Conforme analisado a partir dos textos selecionados, algumas pesquisas qualitativas apontam que a família é o primeiro meio de socialização e seu apoio é fundamental para o processo saudável de autodesignação de gênero (Nascimento, 2020; Mota, 2024). Nesses estudos, o núcleo familiar é identificado como o principal suporte social, impactando positivamente a qualidade de vida, pois quando recebem apoio familiar durante a infância, isto está diretamente relacionado à benefícios na vida adulta de pessoas trans, como na potencialização de sentimento de pertencimento, vínculo, aceitação, maior autoestima, e confiança (Nascimento, 2020; Mota, 2024).

Por outro lado, autores como Mota (2024), indicam que a família precisa de acompanhamento profissional para elaborar sentimento de decepção, raiva, culpa, ressignificar crenças e preconceitos sobre gênero e transexualidade. Ainda é identificada uma resistência das famílias que não aceitam o processo de transição social e transexualidade de adolescentes. Nascimento (2020) ainda aponta que dentre os 421 adolescentes e jovens trans entrevistados, 40% referiram que tiveram que se afastar da família por motivos por serem transexuais.

Esta ambivalência familiar reforça a discussão do texto sobre a influência das construções culturais moldadas pelo conservadorismo e a binariedade sobre pais e

responsáveis (Knight, 2017). A rejeição familiar vincula-se a contradições políticas conservadoras que buscam imprimir uma tendência repressiva a liberdade de dignidade e expressão, onde "a questão da infância não se tem colocado na perspectiva de uma sociedade e de um Estado de direitos, mas na perspectiva do autoritarismo/clientelismo, combinando benefícios com repressão, concessões limitadas, pessoais e arbitrárias, com disciplinamento, manutenção de ordem, ao sabor das correlações de forças sociais ao nível da sociedade do governo" (Rizzini; Pilotti, 2011, p. 35).

A vulnerabilidade da infância LGBTQIAPN+ é ainda aprofundada por uma concepção universalizante de criança que, ao ser reduzida à neutralidade, caminha para a exclusão. Como aponta Rizzini (2024, p. 241), as premissas ontológicas do caráter universalizante tendem a diluir "a relevância de condicionantes como raça, gênero, classe, idade e lugar", produzindo a imagem de uma Infância que desconsidera as diversas vivências marcadas por múltiplas opressões. Na conjuntura destas políticas conservadoras, esse universalismo ao se portar da "proteção da inocência" e a neutralidade do espaço escolar, a agenda de extrema-direita reforça padrões adultocêntricos e hétero-cis-normativos que, na prática, apagam as identidades dissidentes e invisibilizam as violências ao qual essa Infância é submetida. O rompimento com essa lógica LGBTQIAPN+fóbica exige reconhecer que as crianças e adolescentes não são apenas objetos passivos de proteção, mas como afirma a autora, "sujeitos ativos de direitos e atores políticos" (Rizzini, 2024, p. 241), estes sendo capazes de nomear suas próprias experiências e de demandar as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O preconceito e a intolerância são identificados como agravantes sociais (Cá, 2023) que geram insegurança uma vez que nem sempre as crianças e adolescentes encontram apoio incondicional à identidade de gênero (Lins, 2023); vulnerabilidade psicossocial e o aumento de sintomas depressivos e ideação suicida em adolescentes travestis e mulheres trans, pois de acordo com a literatura consultada, essa população enfrenta barreiras como a violência de gênero quando busca serviços de atenção à saúde, além da própria estigmatização (Leite, 2024). Além disso, evidencia-se que a discriminação e a estigmatização estão diretamente relacionadas com quadros de sofrimento psíquico, evasão escolar, isolamento social, dentre outros. Observa-se ainda que as violências, inclusive no âmbito familiar, convergem para o agravamento desses fatores (Silva, 2021).

Ainda sobre as violências, o estado da arte realizado revela que a violência, incluindo a sexual, resulta em consequências graves como medo, depressão, ansiedade, vergonha, culpa, raiva, automutilação e tentativa de suicídio, especialmente após os 14 anos. Adolescentes e jovens trans que sofreram violência sexual, têm medo de iniciar novos relacionamentos, apresentam dificuldades para estabelecer relações íntimas e amigáveis, insegurança em espaços públicos, dentre outros (Cá, 2023). Além disso, foram identificadas estratégias de "autogressão", categoria identificada na pesquisa de Mota (2024) para

descrever a autoprivação intencional de necessidades básicas como estratégia de sobrevivência em ambientes hostis, de seus hábitos e de sua saúde para sobreviver em contextos que violam direitos como a escola, que se expressam em não beber água para evitar violências nos corredores, evitar ir ao banheiro durante os horários das aulas, pois são impedidos de usar o ambiente para suas necessidades básicas dentre outras coisas (Mota, 2024).

No que se refere ao acesso à saúde também é um obstáculo significativo, a falta de acolhimento e o estigma por parte de profissionais de saúde afastam essa população dos cuidados necessários. As barreiras encontradas no sistema de saúde evidenciam que, apesar dos avanços legais (como a retirada do "homossexualismo" da CID em 1990 e a promulgação da Lei nº 10.216/2001), o histórico de patologização ainda se manifesta nas práticas cotidianas.

A produção científica identificada no estado da arte, aponta para atendimentos pautados nos modelos biomédicos de saúde que historicamente regulou o corpo e a sexualidade o que pode imputar uma assistência em saúde vinculada à norma, gerando impasses e controvérsias na avaliação diagnóstica de identidade de gênero de crianças e adolescentes (Pontes *et al.*, 2020). A luta por referências técnicas para a atuação profissional, como a publicação do CFP em 2023, demonstra a continuidade da busca por romper com esse histórico de patologização, confrontando as práticas de rotulagem de patologias sobre identidades não normativas (intersexofobia).

Logo, para qualificar a atenção a essa infância, é essencial que a família, a escola, o sistema de saúde e as políticas públicas adotem práticas inclusivas e antidiscriminatórias. Isso requer o fortalecimento do acompanhamento familiar multiprofissional, partindo de uma perspectiva ampliada de saúde e a formação continuada de profissionais, a garantia do direito à autodeterminação de gênero e a construção de uma cultura que celebre a diversidade rebatendo qualquer mobilização preconceituosa. Somente assim será possível assegurar um desenvolvimento digno e saudável para crianças e adolescentes LGBTQIAPN+.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou que a vulnerabilidade da população infantojuvenil LGBTQIAPN+ não resulta de circunstâncias fortuitas, mas de uma articulação histórica, política e estrutural de múltiplas formas de controle. No plano histórico, evidenciou-se como a Família, a Igreja e o Estado construíram um aparato normativo que, desde o período colonial até a modernidade, patologizou identidades e institucionalizou a violência contra corpos dissidentes. Essa lógica foi reativada pelo projeto conservador de 2018–2022, que instrumentalizou o pânico moral para promover o desmonte de direitos e consolidar um regime de necropolítica sobre essas juventudes. No plano empírico, o Estado da Arte confirmou que esses processos macroestruturais se materializam cotidianamente na

rejeição familiar, na violência escolar e na ausência de acolhimento nos serviços de saúde, convergindo invariavelmente para o adoecimento mental.

Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, compreende-se que as falhas das instituições não são meros erros de percurso, eles cumprem sua função de para reprodução social (Cisne; Santos, 2018). Ao empurrar o corpo dissidente para a margem, o sistema prepara o terreno para a formação de um exército industrial de reserva (Marx, 2013) precarizado e desprovido de direitos. Nesse cenário, o sofrimento psíquico manifestado em altos índices de ansiedade, depressão e ideação suicida deixa de ser lido como uma patologia individual para ser compreendido como um sofrimento ético-político (Sawaia, 2001). Trata-se de uma dor gerada pela privação de direitos e pelo preconceito, e não por uma condição intrínseca ao sujeito.

Embora a pesquisa tenha enfrentado desafios metodológicos pela escassez de termos específicos na literatura, os resultados revelaram que, apesar do cenário de dor, vozes dissidentes emergem dispostas a lutar pela construção de uma sociedade inclusiva. A família apareceu como um espaço contraditório: se por um lado é o primeiro local de exclusão, por outro, possui o potencial de se tornar o principal suporte para a qualidade de vida quando os vínculos são fortalecidos pelo respeito à diversidade.

Portanto, a resposta do Serviço Social a este cenário deve ser técnica e política, sustentando-se em marcos como as Resoluções CFESS nº 615/2011 e nº 845/2018. Estes instrumentos não são apenas normas burocráticas, mas garantias éticas do direito à identidade e à vida, confrontando a necropolítica (Mbembe, 2018) que tenta ditar quais infâncias são dignas de proteção. É imprescindível que os profissionais e pesquisadores da área estabeleçam vínculos com projetos societários que fortaleçam a proteção integral e a liberdade na infância, combatendo as agendas conservadoras que consolidam a hétero-cis-normatividade.

Para estudos futuros, torna-se essencial investigar a efetiva implementação de legislações como o ECA e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011) frente às barreiras institucionais identificadas. É urgente que novas investigações abordem o acolhimento nos serviços de saúde, buscando estratégias que superem o estigma profissional e garantam que a rede de proteção seja, de fato, um espaço de acolhimento e emancipação para todas as infâncias.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. D.; PALHA, P. F.; ANDRADE, R. L. P.; ALMEIDA, S. A.; NOGUEIRA, J. A.; MONROE, A. A. Integral health care for transgender adolescents: subsidies for nursing practice. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, n. especial, p. e3810, 2022. DOI: 10.1590/1518-8345.5446.3810. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/xQHMTJBKfvp9Bg6FwfhQmfS/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

ALMEIDA, E. L. de; GIVISIEZ, F. M.; DUARTE, T. L.; MAGALHÃES, M. F. de. Política para adolescentes LGBT no socioeducativo mineiro? Notas sobre um cenário de embates.

Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 93-118, jan./abr. 2023. DOI: 10.4322/dilemas.v16n1.48285. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/48285>. Acesso em: 6 nov. 2025.

APRILE, César Alexandre da Silva. Subjugação ou Libertação? Uma análise materialista-dialética da questão trans e sua Luta. **COR LGBTQIA+**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 22–38, 2025. DOI: 10.56579/cor.v2i9.1831. Disponível em:

<https://revistas.cceinter.com.br/CORLGBTI/article/view/1831>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2013.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2016. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 6).

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

BUGATTI, A. L.; ARAUJO, G. M. B.; ARAÚJO, L. M. B.; AMÂNCIO, N. de F. G. Importância da psicoterapia para crianças e adolescentes transgênero: uma análise literária. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i1.39289. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39289>. Acesso em: 6 nov. 2025.

CÁ, A. B. **Adolescentes e jovens com diversidade de gênero e violência sexual**: uma revisão sistemática. 2023. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciências: Educação e Saúde na Infância e Adolescência) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/68449>. Acesso em: 6 nov. 2025.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; RAMOS, M. de M.; GATO, J. Indicadores de distress entre jovens LGBT+ durante o isolamento social pela COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 35-46, ago. 2021. DOI: 10.5935/2318-0404.20210024. Disponível em: http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=373. Acesso em: 6 nov. 2025.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) junto a Pessoas LGBTQIAP+**. Brasília, DF: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

COSTA, Quêzia Alexandre da; BERNARDES, Anita Guazzelli; PALMIERE, Júlia Arruda da Fonseca. Direito ao corpo e à vida: a invisibilidade do intersexo no campo social. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 85–100, 2019. DOI: 10.21674/2448-

0479.52.85-100. Disponível em:

<https://revista.uergs.edu.br/index.php/revuergs/article/view/1742>. Acesso em: 7 nov. 2025.

DE CARVALHO PEREIRA, L. B.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1795, 2019. DOI: 10.5712/rbmfc14(41)1795. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1795>. Acesso em: 6 nov. 2025.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. [1884]. São Paulo: Boitempo, 2019.

EWALD, F. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Vega, 1993.

FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Corpo da criança, corpo do adulto: um olhar sobre as revisões diagnósticas que compõem fronteiras entre pessoas trans. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-21, 2022. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22306.a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/jhc6mKQ5JWZlhGSmwnhrKCq/>. Acesso em: 6 nov. 2025

GONÇALVES, M. G. Direitos sexuais, políticas públicas e Serviço Social: o desafio de naturalizar o debate. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2010. DOI: 10.1590/S1414-49802010000100009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KkMqFx5v3J4jZQhZGvVWjFc/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20281%29.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KNIGHT, Kyle. **"I want to be like nature made me"**: medically unnecessary surgeries on intersex children in the US. New York: Human Rights Watch; interACT: Advocates for Intersex Youth, 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2017/07/25/i-want-be-nature-made-me/medically-unnecessary-surgeries-intersex-children-us>. Acesso em: 4 dez. 2024.

LEITE, B. de O. O.; SILVA, I. C. B. S.; OLIVEIRA, L. M. de; CAIRES, T. L.; CERQUEIRA-SANTOS, E.; DOURADO, I.; GRANGEIRO, A. Prevenção do HIV e discriminação de gênero entre adolescentes travestis e mulheres trans em três capitais do Brasil no período 2019-2023. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 33, n. especial 1, p. e2024321, 2024. DOI: 10.1590/S2237-96222024v33e2024321.especial.pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/vSfT5h49NpZhbVGvFy8x8yf/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

LINS, A. P. de C. e. **A identidade de gênero da criança e do adolescente trans e a efetivação do dever parental de cuidado**. 2023. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9575/acervo/detalhe/129786>. Acesso em: 6 nov. 2025.

LIONCO, Tatiana; ALVES, Ana Clara de Oliveira; MATTIELLO, Felipe e FREIRE, Amanda Machado. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.** [online]. 2018, vol.18, n. 43, p. 599-621,

set./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 nov. 2025.

LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 19-32, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15532>. Acesso em: 6 nov. 2025.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Série Antropologia**, Brasília, v. 420, p. 1-33, 2008. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Maria-Lugones-Colonialidade-e-genero.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2026.

Marinho Silvana . Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. *Revista Katálysis [en linea]*. 2018, 21(3), 602-610. ISSN: . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179659699016>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 6 nov. 2025.

MOTA, V. de O. **Adolescentes trans da rede pública de ensino do Distrito Federal**: narrativas de diversidade, acolhimento e exclusão. 2024. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas para Infância e Juventude) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/50740/1/ViniciusDeOliveiraMota_DISSERT.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1972.

NASCIMENTO, F. K.; REIS, R. A.; SAADEH, A.; DEMÉTRIO, F.; RODRIGUES, I. L. A.; GALERA, S. A. F.; SANTOS, C. B. dos. Crianças e adolescentes transgêneros brasileiros: atributos associados à qualidade de vida. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 28, p. e3351, 2020. DOI: 10.1590/1518-8345.3504.3351. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/186237>. Acesso em: 6 nov. 2025.

NASCIMENTO, F. E. M. A inscrição do feminino no corpo travesti: a trajetória das transformações da travestilidade de Renata. **História e Cultura**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 221-237, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v7i1.2336> Acesso em: 21 fev. 2026.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, C. M.; GONÇALVES, R.; NOZABIELLI, S. (org.). **Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais**: diálogos com o Serviço Social. São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

PONTES, J. C. de; SILVA, C. G. da; NAKAMURA, E. "Crianças" e "Adolescentes" trans: a construção de categorias entre profissionais de saúde. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 112-132, maio/ago. 2020. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2020.35.06.a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/jRxb9mp35zpMkCTyZgsTcwj/?lang=pt>. Acesso em: 6 nov. 2025.

PRETES, É. A. **Intersexualidade e direito ao próprio corpo**: garantia à integridade corporal da criança intersexual e direito à autodeterminação na adolescência. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/e43ccc6d-720e-456b-a55f-422cb1ae59db/content>. Acesso em: 6 nov. 2025.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/CESPI/USU/AMAIS, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTANA, M. V. de M.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Não conformidade de gênero e infância: revisando a produção científica. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 222-242, jan./jun. 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v29n1.47093. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/47093>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SANTOS, J. S. O enfrentamento conservador da "questão social" e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-497, set./dez. 2019. DOI: 10.1590/0101-6628.193. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yhGJG4xJ4fPzBQzNM4TwdXC/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SANTOS, J. S. "Questão social" e desafios para uma formação antirracista no serviço social. **Temporalis**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 30-43, jan./jun. 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v25n49p30-43. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44094>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SAMPAIO, E. G.; OLIVEIRA, T. L. O crescimento da extrema direita no Brasil e o fortalecimento do discurso de ódio contra as pessoas LGBTQIA+. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. e18492, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.6-063. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/18492>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, J. C. P. da; CARDOSO, R. R.; CARDOSO, Â. M. R.; GONÇALVES, R. S. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2643-2652, jul. 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021267.08332021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TCJ6mXyyK4pB94FDNhcjZZc/?lang=pt>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SOUTO MAIOR, Nivea Maria Santos; CLEMENTINO, Milca Oliveira; COSTA, Rosiane Oliveira da; LEAL, Sara Duarte Cordeiro. Direitos humanos e serviço social: demandas e desafios contemporâneos. **Temporalis**, Brasília, v. 18, n. 36, p. 127-138, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n36p127-138>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21159>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SOUZA, C. L. S. A disputa em torno do debate racial no Brasil: teoria e método para o avanço da perspectiva crítica. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 2, p. 8-21, maio/ago. 2024. DOI: 10.47456/argumentum.v16i2.46121. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/46121>. Acesso em: 6 nov. 2025.

TAKONSKI, A. C. B.; SILVA, I. M. M. As contribuições de Foucault para uma discussão sobre infância(s) e sexualidade(s). **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 29, n. 1, p. 197-214, jan./mar. 2022. DOI: 10.18764/2178-2229v29n1.2022.9. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/17817>. Acesso em: 6 nov. 2025.

URBANO, A. Z. R.; FERRAZ, D.; RAYMUNDO, Y. de L.; ZUCCHI, E. M. Percepções e práticas de profissionais de saúde na oferta da profilaxia pré-exposição sexual ao HIV para adolescentes e jovens trans e homens que fazem sexo com homens. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 58, supl. 1, p. 10s, 2024. DOI: 10.11606/s1518-8787.2024058005589. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/GMwXX5CnM8vfzgMQXhSx5dD/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

VIEIRA MAGNUS, D.; ROSA, C. E. da; FELIPE, J. Ouvindo a criança transgênero: um olhar sobre a produção científica brasileira e as questões éticas. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 19, p. 102–122, nov. 2023. DOI: 10.9771/peri.v2i19.50755. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/50755>. Acesso em: 6 nov. 2025.

Recebido em: 31/07/2025
Aceito em: 18/03/2026